

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Reforço de R\$ 24 bi com pré-sal	2
Título: Quadrilhas alteram gasolina em Curitiba e São Paulo	4
Título: Novo papel das estatais	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Choque de capitalismo	7
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Fantasias climáticas de Trump	8
Título: Engie tem R\$ 2,5 bi para disputar leilão de transmissão	11
Título: Eletrobras avalia participar de leilão de desconstrução	13
Título: Sócios da Usiminas abrem terceira batalha judicial	14
Título: Em queda generalizada, minério perde forças e cai a US\$ 80	16
Título: Destaques	18
Título: Curtas	18
Título: Destaques	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Reforço de R\$ 24 bi com pré-sal**

Leilões vão ajudar caixa do governo e gerar investimentos em torno de R\$ 250 bilhões.

As principais empresas de petróleo do mundo já iniciaram uma maratona de encontros na Petrobras de olho nos próximos quatro leilões de pré-sal que o governo brasileiro pretende fazer até 2019. É que todos querem se unir à estatal e formar consórcios para explorar uma das áreas de maior potencial do mundo. Em Brasília, a expectativa é grande com os certames. De acordo com fontes, espera-se uma arrecadação de até R\$ 24 bilhões, dos quais cerca de R\$ 8,5 bilhões só neste ano.

Com base no planejamento feito pelo governo, os leilões no pré-sal podem gerar investimentos de cerca de R\$ 250 bilhões com as atividades de desenvolvimento das áreas, concentradas na Bacia de Santos e, em menor quantidade, na de Campos. De acordo com especialistas, há uma dezena de companhias de grande porte interessadas nas áreas, que já contrataram até escritórios de advocacia. A criação de um calendário de leilões, uma demanda antiga da indústria, também reflete, dizem especialistas, a necessidade de arrecadação do governo federal.

O apetite das petroleiras aumentou após as mudanças no regime de partilha, que liberou a Petrobras de operar os campos do pré-sal e de ter fatia obrigatória de 30% em todas as áreas. Outro fator é a flexibilização nas regras de conteúdo local, que reduziu em cerca de 50% as obrigações de contratação de fornecedores brasileiros. Em entrevista ao GLOBO, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, destacou que as mudanças vão permitir maior competitividade no país: — Com essas mudanças que estão sendo feitas, seja o fim da Petrobras como operadora única às alterações nas regras de conteúdo local, o Brasil passa a ser muito competitivo. É preciso estimular o setor, pois, caso contrário, todos só irão bem se a Petrobras estiver bem. Uma maior atividade gera mais arrecadação de royalties para os estados e mais investimentos. Neste ano, esperamos arrecadar até R\$ 8,5 bilhões com os leilões.

A segunda rodada está prevista para junho e terá quatro áreas unitizadas (cuja reserva ultrapassa o limite de campos já concedidos em leilões anteriores). A terceira ocorre em novembro e terá novas áreas. O primeiro certame foi em 2013, quando Libra, na Bacia de Santos, foi arrematada por R\$ 15 bilhões por Petrobras, Total, Shell e as chinesas SCNOOC e CNPC.

— Todos estão de olho no pré-sal, sobretudo as empresas americanas, que ficaram longe do Brasil nos últimos anos. Ainda há companhias da Europa, da Ásia e da América do Sul. A ideia é que a Petrobras monte alguns consórcios para os principais campos. Elas estão ávidas em garantir novas reservas. Com o desenvolvimento tecnológico barateando os custos de exploração e produção, o cenário do óleo chegando a US\$ 60 por barril passa a ser muito interessante. Com isso, as rodadas aqui serão atrativas — comenta uma fonte que pediu para não se identificar.

LEILÃO TERÁ ÁREA PERTO DE LULA E LIBRA

Segundo uma petroleira, o objetivo é operar o pré-sal e não ser apenas investidor financeiro. Por outro lado, a própria Petrobras vem deixando claro em encontros que busca fornecedores e parceiros que tenham soluções para baixar o custo da extração, lembra outra fonte. A meta da empresa é ser lucrativa mesmo que o preço do petróleo chegue a US\$ 35 por barril. Hoje, ela consegue mesmo que o valor chegue a US\$ 40. A cotação do barril fechou sexta-feira pouco acima dos US\$ 52. — O objetivo da Petrobras é buscar soluções para reduzir o custo a longo prazo e, com isso, obter melhor desempenho financeiro — destaca a fonte.

Segundo o presidente de uma companhia, o interesse maior está no entorno dos campos de Lula — hoje a principal área produtora do pré-sal e do país — e de Libra, além de outras áreas na região chamada Alto de Cabo Frio. Estão na lista do governo ainda campos na Bacia de Santos (Búzios, Sépia, Júpiter, Pau-Brasil, Peroba e Saturno) e de Campos (Pirambu, Albacora, Baleia Azul). O ministro de Minas e Energia não adianta nomes, mas ressalta que a quantidade de áreas é grande. — Tem muita área no pré-sal. Há áreas próximas a essas (Lula e Libra). São essas áreas que despertam a cobiça. Mas isso só será definido no dia 11 de abril pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética). Os editais vão ser trabalhados ainda — diz o ministro.

Apesar de a retomada dos leilões ser importante, Alfredo Renault, professor da PUC-RJ, diz que há preocupação do governo com a arrecadação. Para ele, é preciso que se busque um equilíbrio: — É importante que a colocação de áreas no leilão não esteja subordinada à lógica de arrecadação para a necessidade fiscal. O planejamento tem que ser baseado no crescimento do setor a longo prazo e não na arrecadação — analisa Renault.

Renato Kloss, sócio da Siqueira Castro Advogados, também avalia que os leilões são uma forma de aumentar a arrecadação e de gerar mais investimentos. — Há uma preocupação com a arrecadação, pois esses leilões geram recursos para ao governo. Mas isso não é a principal força motriz. É preciso destravar esses investimentos.

Mas os leilões trazem desafios. Livia Amorim, pesquisadora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getulio Vargas (FGV/CE-RI), destaca que a forma como o conteúdo local será definido nos leilões traz dúvidas para as empresas. O governo alterou a política em fevereiro, reduzindo pela metade as obrigações de contratação no Brasil, que passam, agora, a ter um índice global em vez de alíquotas diferentes por equipamento e peça. — Apesar da mudança do governo, as empresas estão apreensivas. Não se sabe também qual será o percentual mínimo de lucro em óleo para União exigido em edital (o de Libra foi de 41,65%).

PETROBRAS TEM 11 UNIDADES NO PRÉ-SAL

O potencial de investimento é grande, dizem especialistas. Só o campo de Lula já responde por 57% da produção do pré-sal e conta com seis plataformas, número que vai subir para oito até o fim do ano. A Petrobras tem 122 plataformas no Brasil, somando todos os campos no mar (pós e pré-sal). Desse total, 11 estão no pré-sal.

José Ricardo Roriz, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, lembra que é preciso encontrar uma solução para as multas envolvendo o conteúdo local em processos no âmbito da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ele cita o caso de Libra, cuja multa pode ultrapassar US\$ 630 milhões, já que a plataforma foi feita no exterior. — Para os novos leilões, é preciso destravar as multas de conteúdo local na ANP e tentar produzir o máximo no Brasil, mesmo com a redução do conteúdo local. A indústria brasileira tem capacidade para competir — diz Roriz.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Quadrilhas alteram gasolina em Curitiba e São Paulo

Reportagem do "Fantástico" também denuncia fraude nas bombas.

Uma quadrilha organizada adulterava combustíveis em vários postos no Paraná e em São Paulo. Uma reportagem do "Fantástico" da TV Globo, exibida ontem, mostrou que postos revendedores em Curitiba vendiam gasolina com mais álcool do que o permitido. Em outros, as fiscalizações feitas pela Associação Brasileira de Combate a Fraudes de Combustíveis (ABCFC) encontraram bombas adulteradas que marcavam um volume maior do que o efetivamente fornecido ao consumidor. Outra fraude encontrada foi a mistura, em alguns casos, de até 56% de metanol na gasolina, um produto altamente tóxico para o ser humano e que causa danos aos motores dos automóveis.

GRUPO DE PODER ECONÔMICO

O secretário de Segurança Pública do Paraná, Wagner de Oliveira, disse à reportagem que são quadrilhas com poder econômico muito grande. A reportagem mostra que, apesar de vários postos terem cartazes garantindo a qualidade dos combustíveis, testes de laboratórios revelam que quem abastece nesses locais foi enganado na quantidade e na qualidade do combustível.

Em um dos postos, a gasolina continha 69% de álcool, quando o máximo permitido é 27%, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Para se ter uma ideia do tamanho da fraude, representantes do setor estimam que, dos 40 mil postos do país, 1.200 vendem combustível adulterado, diz a reportagem. Nas duas últimas semanas, a equipe do "Fantástico" acompanhou os trabalhos da ABCFC. Durante as gravações, Fabrizzio Machado da Silva, que era presidente da associação, foi assassinado a tiros quando chegava em casa em Curitiba.

O "Fantástico" foi com a ABCFC a três postos da Região Metropolitana de Curitiba que já tinham sido flagrados com adulterações. No posto Rubi — onde, nas duas vezes em que houve fiscalização, foram encontrados indícios de fraudes — identificou-se, novamente, adulteração. Os outros dois são Colina e Midas, em Curitiba. Neste último, a gasolina tinha 49% de álcool.

Nas três unidades repetiu-se outro problema, segundo a reportagem: entrava no tanque menos combustível do que o registrado na bomba e pago pelo consumidor. Neste tipo de fraude, o sistema da bomba é adulterado, e o golpista pratica a irregularidade quando quer, usando um controle remoto. Este tipo de fraude também foi identificada no posto Via Aeroporto, em Curitiba, durante fiscalização em fevereiro.

OITO SUSPEITOS FORAM PRESOS

No posto Rubi, a bomba marcou 38,4 litros, mas apenas 36,7 litros entraram no tanque — 4% menos. Mas as investigações revelaram que a diferença entre o volume de combustível abastecido e o indicado nas bombas foi, em média, de 10%. Assim, exemplifica a reportagem, se um posto tem 200 mil litros de gasolina e retém 10%, considerando o valor médio de R\$ 3,27 por litro, há um ganho de R\$ 65,5 mil de forma ilícita.

A associação apresentou denúncia ao Ministério Público contra nove postos de Curitiba e da Região Metropolitana. A Polícia Civil do Paraná entrou na investigação da operação batizada de Pane Seca. Na semana passada, a Justiça fechou os postos denunciados, entre eles, os quatro citados na reportagem. Oito suspeitos chegaram a ser presos, mas respondem em liberdade.

Os casos estão sendo investigados por Polícia Civil e Ministério Público.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Marcelo de Siqueira Freitas e Maurilio Guignoni****Título: Novo papel das estatais**

Aguardada por quase duas décadas (desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 19/1998), a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, também conhecida como a Lei das Estatais, entregou-nos o “estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias”. A lei, dentre outros objetivos, buscou responder aos anseios da sociedade pelo aprimoramento dos modelos de gestão da coisa pública, tendo como eixos fundamentais transparência, ética, eficiência e controles efetivos. Nesse sentido, ela visa a promover o fortalecimento do papel dos órgãos estatutários das empresas; tornar mais rígidos os requisitos profissionais/pessoais e as responsabilidades dos seus administradores; e disciplinar as relações com os entes políticos que as controlam.

O novo diploma legal chega num momento em que a configuração institucional do Estado brasileiro precisa ser reavaliada, exigindo uma profunda e geral reflexão sobre “por quê”, “quando”, “como” e “onde” o Estado e suas empresas estatais devem atuar. A Lei das Estatais é, portanto, uma excelente “janela de oportunidade forçada” para que os gestores públicos reflitam sobre essas questões e promovam o necessário realinhamento dos objetivos das companhias com os interesses coletivos que inspiraram sua criação — ou mesmo ressignifiquem tais interesses à luz das contingências econômicas vigentes e da função social que elas visam a exercer. Ela também abre caminho para uma revisão e modernização do conjunto de ferramentas de gestão e governança das estatais, permitindo que se adotem padrões mais eficientes, competitivos e sustentáveis de atuação.

Sensível a isso, o BNDES se antecipou e foi a primeira empresa estatal federal a adequar integralmente seu estatuto social à nova legislação, realizando sua mais profunda reforma estatutária/societária em, pelo menos, 15 anos. O trabalho de elaboração do novo Estatuto Social do BNDES revelou-se um espaço de intensas reflexões com equipes e profissionais de diversas áreas (economia, finanças, contabilidade, direito, administração e tecnologia da informação). Como resultado, além do pioneirismo na adaptação decorrente da Lei das Estatais, o banco conta hoje com uma nova roupagem institucional, mais alinhada às atuais práticas e técnicas do mercado em que atua (bancário) e apropriada para enfrentar os desafios corporativo-estratégicos postos.

No caso do BNDES, que tem como missão histórica promover o desenvolvimento sustentável da economia brasileira, a edição de um novo estatuto social significa

não apenas uma medida de conformação à legislação vigente, mas também uma tentativa de comunicar aos diversos parceiros da instituição (governo federal, clientes, investidores, sistema financeiro e, principalmente, cidadãos) seu compromisso permanente com a melhoria dos padrões de eficiência, transparência e controle, bem como sua disposição para estabelecer relações pautadas na confiança, previsibilidade e cooperação.

Marcelo de Siqueira Freitas é diretor jurídico, e Maurilio Guignoni é advogado do BNDES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Choque de capitalismo

Por força de duras circunstâncias, o Brasil está abandonando aos poucos o modelo de “capitalismo companheiro” que vigorou soberano durante os governos petistas. A grande generosidade do Estado em relação a várias empresas, concedendo-lhes benefícios que, na prática, acabavam por reduzir ou até mesmo anular o risco inerente ao sistema capitalista, hoje simplesmente não cabe mais no Orçamento. É claro que esse choque de realidade – afinal, certos setores produtivos, antes acomodados às relações privilegiadas com o Estado, agora terão de reaprender a viver sem os estimulantes fiscais que lhes eram oferecidos a título de vivificar a economia – não será recebido sem choro e ranger de dentes. Mas o governo deve persistir nas medidas capazes de restituir ao mercado seu caráter concorrencial e livre, única maneira de encorajar nos brasileiros o espírito empreendedor, fundamental para o desenvolvimento do País. O mais recente movimento nesse sentido foi a decisão de acabar com a desoneração da folha de pagamento para a maioria dos setores da economia.

O governo espera arrecadar R\$ 4,8 bilhões com a medida, que beneficiava 40 mil empresas em cerca de 50 setores e representou espantosa renúncia fiscal de R\$ 54 bilhões entre 2012 e 2015. O governo de Dilma Rousseff esperava estimular a economia e gerar empregos, mas não foi o que se viu – nem empregos foram gerados nem a economia reagiu. (...)

Outro sinal de racionalidade foi a decisão do governo, anunciada em fevereiro, de reduzir a exigência de conteúdo local para o setor de petróleo e gás, política que, a título de estimular a indústria brasileira, encarecia a produção e diminuía a competitividade da Petrobrás. Os petistas, é claro, reagiram com a habitual fúria. Na sexta-feira passada, a bancada do PT na Câmara chamou a decisão de “crime de lesa-pátria”. Já a Petrobrás, que luta para se recuperar após ter sido dilapidada e assaltada pelo PT e seus associados, disse que a medida do governo

é “bem-vinda”. Em todos esses casos, algumas associações empresariais manifestaram grande descontentamento. Chegaram a falar em “desastre”. Trata-se de um exagero. É evidente que ninguém gosta de perder privilégios. Mas está mais do que na hora de aceitar o fato de que a recuperação do País só será possível quando as relações de compadrio derem lugar ao verdadeiro capitalismo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Jeffrey D. Sachs

Título: Fantasias climáticas de Trump

Diz a lenda, que o rei Canuto levou seus aduladores até o mar para mostrar-lhes que mesmo um rei não podia comandar as ondas do mar, que as leis da natureza são mais poderosas do que os decretos dos homens. Então, apiedemo-nos de Donald Trump, que realmente acredita que suas ordens executivas podem conter as marés.

Trump é cercado por asseclas, em vez de aduladores, e eles, e seu rei insensato e ignorante, acreditam que, ao negar as mudanças climáticas, poderão restaurar a riqueza e a glória do carvão, do petróleo e do gás. Estão errados. A ganância não reverterá as mudanças climáticas causadas pelo homem e as ordens executivas de Trump não interromperão o processo mundial a caminho do desuso do carvão, do petróleo e do gás em favor das fontes de energia eólica, solar, hidrelétrica, nuclear e geotérmica.

Em menos de 100 dias, aprendemos que Trump é um homem que vive num mundo de fantasia. Ele emite decretos, berra ordens, dispara tweets à meia-noite, mas é tudo inútil. Os fatos verdadeiros, não sua variante "alternativa" - continuam intervindo. Existem as leis da física; há legislação; há tribunais; existem procedimentos; e há eleitores, apenas 36% dos quais aprovam o desempenho de Trump no cargo. Há também a China, que ganha tecnologicamente e diplomaticamente a cada decisão autodestrutiva do incompetente presidente americano.

A mais recente fantasia envolve as mudanças climáticas. Trump emitiu ordens executivas que, segundo ele, reverterão as políticas climáticas do ex-presidente Barack Obama. Seus decretos pretendem rescindir os regulamentos do Plano de Energia Limpa da Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos EUA; reverter as normas que controlam as emissões de metano resultantes da produção e distribuição de petróleo e gás; e acabar com o uso regulamentado de um "custo social do carbono", introduzido pelo EPA para calibrar o valor em dólares dos

danos ao clima causados pela emissão de cada tonelada adicional de dióxido de carbono.

Segundo Trump, essas novas medidas criarão novos empregos no setor do carvão, proporcionarão "independência energética" aos EUA e impulsionarão o crescimento econômico. Além disso, Trump autorizou recentemente a construção do gasoduto Keystone XL, de Alberta, no Canadá, ao Estado de Nebraska, nos EUA, com o objetivo de interligar as areias petrolíferas canadenses a refinarias petrolíferas nos EUA. Obama havia rejeitado esse projeto, argumentando que agravaria o aquecimento global.

A principal motivação de Trump é atender os interesses econômicos dos setores do carvão, petróleo e gás dos EUA, que dão amplo financiamento a campanhas e suporte de mídia aos republicanos no Congresso e a governos estaduais em todo o país. Em suma, trata-se de corrupção política: políticas governamentais em troca de fundos de campanha.

O cinismo e ignorância de Trump não atrairão seguidores em nível mundial. Além disso, suas ações serão contestadas em tribunais, e ele quase certamente perderá. E ele não será capaz de derrubar a regulamentação da EPA para as emissões de CO₂.

ExxonMobil, Chevron, a Câmara de Comércio dos EUA e a Koch Industries são, todos, importantes atores, e quase todos os membros republicanos do Congresso estão envolvidos nesse comportamento vergonhoso. Eles estão dispostos a se exibir como tolos, em público - negando a ciência climática e o aquecimento global - contanto que mantenham o fluxo de dinheiro para as campanhas. Quer Trump seja mesmo, ou não, suficiente tolo para acreditar em suas próprias palavras, ele sabe que suas ordens executivas agradam o poder republicano.

Mas, assim como ocorre com tantas das decisões de Trump, há mais latidos do que mordidas, mais fanfarronice do que realidade. Primeiro, Trump não pode deter as ondas, nem o aumento dos níveis dos oceanos, no caso do aquecimento global. As conclusões científicas são reais, mesmo que Trump se contente em exibir sua ignorância científica.

Segundo, o mundo sabe o que é real. Todos os Estados membros da ONU assinaram o acordo climático de Paris em 2015. O planeta acaba de viver os três anos mais quentes já registrados. Os oceanos estão se aquecendo dramaticamente (tendo, com isso, recentemente, danificado 93% da Grande Barreira de Coral da Austrália). O cinismo e ignorância de Trump não atrairão seguidores em nível mundial.

Além disso, as ações de Trump serão contestadas em tribunais, e ele quase certamente perderá. Ele entusiasmará alguns eleitores em West Virginia ao receber elogios da Koch Industries. Mas ele não será capaz de derrubar a regulamentação da EPA para as emissões de CO₂.

Essas normas são protegidas pela Lei de Ar Limpo, e Trump não tem votos suficientes no Congresso para mudar essa legislação. E os eleitores americanos, por ampla margem, favorecem abandonar os combustíveis fósseis e abraçar energias renováveis. Mesmo no ambiente político corrupto americano, o ponto de vista dos eleitores ainda é relevante.

E Trump também não tem como revitalizar o moribundo setor do carvão. O carvão tem, hoje, tudo contra si. Ele causa doenças pulmonares entre os mineiros e as populações que vivem nas imediações de usinas de eletricidade alimentadas a carvão. Ele libera mais CO₂ por unidade de energia do que o petróleo e o gás, e ele - e todos os combustíveis fósseis - estão cada vez mais perdendo sua competitividade, confrontados por fontes de energia eólica, solar, hidrelétrica e outras com zero emissões de carbono.

Quanto aos empregos, a mineração do carvão está se tornando tão automatizada que todo o setor emprega apenas algumas dezenas de milhares de trabalhadores numa força de trabalho de mais de 150 milhões.

Pela mesma razão, minha aposta é que o duto Keystone XL, que custaria vários bilhões de dólares, nunca será construído. O mundo não precisa das areias petrolíferas do Canadá, tendo em vista a urgente necessidade mundial de basear-se em fontes de energia que não emitem carbono. As areias petrolíferas do Canadá são de exploração cara, altamente poluentes e distantes dos mercados. Independentemente da aprovação de Trump, os investidores provavelmente rejeitarão um duto que provavelmente iria falir muito antes do horizonte planejado para seu uso.

China, Europa e até mesmo a região do Golfo não serão influenciadas pelas atitudes de Trump. A China pretende seriamente reduzir as emissões de CO₂, limpar o ar e tornar-se líder do século XXI em tecnologias de baixa emissão de carbono, como painéis solares e veículos elétricos. A Europa está a caminho de uma economia de emissão zero. Os países do Golfo estão implantando uma nova e grande capacidade geradora de energia renovável, especialmente energia solar.

No fim das contas, podemos ficar estarecidos diante das tolices do presidente dos EUA, mas não deveríamos acreditar que as fantasias climáticas de Trump irão mudar a realidade mundial ou alterar a implementação do acordo climático de Paris. (Tradução de Sergio Blum)

Jeffrey D. Sachs é professor de Desenvolvimento Sustentável, e de Política e Gestão de Saúde da Universidade de Columbia. É também diretor do Centro Columbia de Desenvolvimento Sustentável e diretor da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

www.project-syndicate.org

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Engie tem R\$ 2,5 bi para disputar leilão de transmissão

Maior geradora de energia privada do país, a Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia) pretende investir R\$ 2,5 bilhões em sua entrada no setor de transmissão de energia, por meio do próximo leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), marcado para 24 de abril, disse o presidente da companhia, Eduardo Sattamini, ao Valor.

A empresa, controlada pela multinacional de origem francesa Engie (antiga GDF-Suez), já havia sinalizado que estudava a participação no leilão, mas ainda não havia mostrado a dimensão de seu interesse pelo negócio. Para se ter uma ideia, o montante de R\$ 2,5 bilhões equivale a pouco mais da metade (53,3%) do investimento previsto pela companhia em projetos já contratados entre 2017 e 2019, de R\$ 4,687 bilhões.

"Temos que entrar [no mercado de transmissão] com um tamanho que justifique. Com esse excesso de lastro [de oferta] no mercado de energia, acabamos limitados na nossa capacidade de crescer. Como existe uma demanda reprimida por transmissão, há gargalos grandes, isso representa a possibilidade de crescimento no curto prazo [para a Engie]", explicou o executivo.

Sattamini também contou que o negócio de transmissão de energia no Brasil, caracterizado por concessões de longo prazo e com receita fixa, se assemelha ao perfil de atuação da empresa. O portfólio da Engie Brasil Energia é formado em sua grande parte por usinas já em operação, muitas vezes com contratos de longo prazo.

Com relação ao leilão, a estratégia da Engie é voltada principalmente para os lotes localizados nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Ceará e Maranhão. A escolha por esses ativos se deve a potenciais ganhos de sinergia com outras unidades da companhia no país.

Sattamini também explicou que a empresa vem mantendo negociações com potenciais parceiros para o leilão e com fornecedores da área de transmissão. A ideia, segundo ele, é concluir as negociações com potenciais sócios até o dia 10 deste mês.

Companhia mantém negociações com potenciais parceiros para o certame marcado para abril

No próximo leilão, a Aneel vai ofertar 7,4 mil km de linhas de transmissão, em 20 Estados, divididos em 35 lotes. O investimento total previsto nos projetos é de R\$ 13,1 bilhões e a receita anual permitida máxima é de R\$ 2,7 bilhões.

Em outra frente de negócios, a Engie quer ampliar sua atuação na área de geração distribuída, a partir principalmente da micro e mini geração de energia solar em residências. A companhia já planeja a ampliação para mais 250 residências do programa firmado em parceria com a Celesc para a instalação de equipamentos de geração solar em 1 mil residências de Santa Catarina.

Sattamini destacou que as duas empresas contabilizaram mais de 11 mil interessados na iniciativa. "Isso gera uma base de clientes para voltarmos a prospectar", ressaltou o executivo.

A Engie também concluirá neste mês o processo de modernização da hidrelétrica de Salto Santiago, a maior usina integral do portfólio da companhia, com 1.420 megawatts (MW) de capacidade instalada, no rio Iguaçu (PR). O trabalho, iniciado em 2012 e que totalizou investimentos de R\$ 800 milhões, vai ampliar a vida útil da usina, cujo contrato de concessão expira em 2028.

O projeto também ampliará em 3,6% o volume de energia para comercialização do empreendimento, elevando para 747 megawatts (MW) médios, que será acrescido ao total da Engie.

Questionado sobre a previsão de agravamento do déficit de geração hídrica (medido pela escala GSF, na sigla em inglês) para o segundo semestre, Sattamini demonstrou tranquilidade. Segundo ele, a companhia consegue se proteger por dois aspectos. O primeiro é o parque termelétrico do grupo, acima de 1 mil MW de capacidade, que forma um "hedge natural" para a companhia. O outro é o fato de a empresa deixar uma margem estratégica de energia hidrelétrica descontratada, para aliviar o efeito do GSF.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Eletrobras avalia participar de leilão de descontração**

A Eletrobras deve participar do leilão de descontração de reserva que deve acontecer nos próximos meses, principalmente com projetos de Furnas, disse na sexta-feira Wilson Ferreira Jr., presidente da estatal, depois de participar de evento com investidores e analistas promovido pela Apimec.

No mesmo dia, o presidente Michel Temer publicou um decreto estabelecendo as diretrizes para a realização da disputa.

A publicação era esperada desde dezembro, quando o governo cancelou um leilão de energia de reserva (LER) poucos dias antes de acontecer, justificando que havia uma sobra considerável de energia de reserva no sistema.

O decreto permitiu que sejam descontratados empreendimentos com contratos de fornecimento vigentes, mas que ainda não começaram as operações em teste. A ideia do governo é enxugar o excesso de oferta de energia em contratos no mercado. Com a queda da atividade econômica, há uma sobra dos volumes de eletricidade contratados. O leilão, que será voltados para projetos das fontes eólica e solar, não informou um cronograma.

O Ministério de Minas e Energia (MME) vai calcular o montante a ser descontratado, com base em cálculos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Os vendedores que tiverem sucesso no leilão ficarão impossibilitados de participar dos dois leilões de energia de reserva subsequentes à realização da descontração. A regra vai valer para os controladores, subsidiárias e empresas controladas dos vendedores.

Segundo a Thymos Energia, o leilão deve movimentar 1.500 megawatts (MW) médios de eólicas e solares de pequeno porte. A estimativa considera o volume de projetos contratados nos últimos anos e cujo desenvolvimento não se deu no ritmo adequado.

"Tratam-se de empreendimentos mal estruturados ou que tiveram problemas por conta da crise econômica dos últimos anos", disse a diretora da Thymos Energia Thais Prandini. Segundo ela, os projetos exigiriam investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro****Título: Sócios da Usiminas abrem terceira batalha judicial**

Na semana passada, o grupo japonês Nippon Steel & Sumitomo deu partida a mais uma batalha jurídica envolvendo a Usiminas, siderúrgica da qual é acionista controladora, e seu sócio no bloco de controle, o grupo ítalo-argentino Ternium - Techint.

A Justiça é acionada mais uma vez para resolver problemas de desavenças dos dois grupos controladores - outro capítulo de uma disputa pela gestão da Usiminas, iniciada menos de um ano após o grupo ítalo-argentino entrar no capital da Usiminas (janeiro de 2012), passando a compartilhar o controle com a Nippon.

O grupo japonês entrou com pedido de medida cautelar (ação liminar) na 2ª Vara Empresarial de Belo Horizonte (MG) no meio da semana. Na ação, requer a anulação das decisões tomadas pela maioria dos integrantes do conselho de administração da Usiminas no dia 23 de março. É a terceira vez que vão aos tribunais para solucionar seus desentendimentos - que parecem não ter mais um fim.

O pedido abrange também o presidente do conselho, Elias Brito, que acatou pedido de dois conselheiros - o representante do BTG Pactual (acionista minoritária), Francisco da Costa e Silva, e Luiz Carlos de Miranda, indicado dos empregados da siderúrgica.

Na reunião, o presidente-executivo, Rômelo de Souza, foi destituído do cargo por sete votos - três de conselheiros da Ternium-Techint, um do BTG, um de Miranda e dois de representantes da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN). Eles concordaram que o executivo cometeu irregularidades, violando estatuto da Usiminas. Contra a decisão votaram quatro conselheiros - três da Nippon Steel e um da Previdência Usiminas -, "em cumprimento ao acordo de acionistas", conforme destacam no pedido.

Por igual placar, e votos dos mesmos conselheiros, em votação livre conselho, foi eleito Sérgio Leite para o lugar de Souza, repetindo a decisão de maio de 2016, e que durou cinco meses e alguns dias: a Justiça a anulou em outubro e reconduziu Souza e antiga diretoria. Na época, os conselheiros da CSN se abstiveram.

A Nippon Steel argumenta na peça processual ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais que as decisões efetivadas durante reunião extraordinária foram ilegais e

afrontaram direitos e decisões da própria Justiça de Minas. Tanto o afastamento de Souza, por falta de substância jurídica e não comprovação de ato irregular, quanto a eleição de Leite, sem consenso.

O documento, de janeiro de 2012, prevê decisões de consenso em destituições e eleição de presidentes da Usiminas em reuniões prévias do grupo de controle - a Nippon, a Ternium e a Previdência Usiminas. Não houve consenso no encontro deles dia 22.

Um dia depois, os conselheiros de Ternium, BTG e empregados entenderam que o memorando assinado por Souza é similar ao afastamento do presidente da empresa e dois diretores indicados pela Ternium em decisão do conselho. O motivo foi recebimento de valores indevidos.

Para eles, Souza cometeu mesmo ato de irregularidade ao conduzir entendimentos - sozinho, sem outro diretor ou procurador - com a Mineração Usiminas para compensar a compra de minério que a Usiminas deixou de usar. A Nippon diz na ação que se tratou de ato de gestão, não irregular, conforme cláusula no estatuto.

A batalha judicial, cujo juiz deverá ser definido por um desembargador do tribunal nos próximos dias, promete ganhar novos elementos. Em resposta a e-mail do vice-presidente financeiro, Ronald Seckelmann, sobre a questão - incluindo outros diretores da companhia -, Bruno Paulino, gerente-geral jurídico da Usiminas e também secretário do conselho, à época e atualmente, afirmou que não via caráter vinculante no memorando com Musa e Sumitomo.

O texto, datado de 7 de julho de 2016, foi passado ao Valor por um acionista minoritário. "Entendo que pelo próprio conteúdo do documento ele não é vinculante. Ainda que fosse, uma vez que só foi assinado por 1 Diretor Estatutário, entendo que ele não vincularia a Companhia", escreveu Paulino.

É nessa linha que trabalham os advogados do grupo Nippon - os escritórios Sérgio Bermudes e Pinheiro Netto. Pedem a anulação da destituição de Souza. Destacam que a diretoria, em 7 de julho de 2016, aprovou as negociações com a Musa e que o conselho, em reunião de 16 de fevereiro passado, aprovou o conceito do acordo com a Sumitomo para o aditivo ao Offtake Agreement (contrato de compra de minério) com a Musa.

Apontam três pareceres: um do assessor jurídico externo da Usiminas - os advogados Nelson Eizirik e Marcus de Freitas Rodrigues - e dois da Nippon, específicos para o caso, dos professores Octavio Yazbeck e Luciana Dias, que afirmam não se evidenciar o memorando um contrato nem pré-contrato.

Durante a reunião do conselho, Brito apresentou a favor da destituição um parecer do escritório Campos Salles de Toledo.

Em carta, a Sumitomo Corporation, dona de 30% da Musa, declarou que o memorando "não constitui um contrato nem cria obrigações legais para quaisquer das partes, a menos que as partes celebrem um aditamento definitivo ao Offtake Agreement".

Depois de quase ir a recuperação judicial há um ano, tendo de fazer uma repactuação de dívidas e aumento de capital, a Usiminas tem pela frente nova turbulência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Em queda generalizada, minério perde forças e cai a US\$ 80

O minério de ferro iniciou sua derrocada em março. Após cinco meses consecutivos de recuperação, a commodity registrou baixa no mês passado e foi o destaque negativo das commodities industriais. Ao mesmo tempo, o humor em geral sobre matérias-primas piorou no período e levou a baixa generalizada. O petróleo, com notícias positivas de estoques e oferta, reduziu a velocidade do recuo na última semana e teve desempenho menos negativo do que o restante.

No porto chinês de Qingdao, o minério com teor de 62% de ferro encerrou o mês valendo US\$ 80,39 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". A desvalorização foi de 11,9% em março, a primeira desde setembro. O movimento fez com que se revertere os ganhos que o insumo vinha acumulando desde fevereiro, quando disparou e atingiu a máxima recente de US\$ 94,86.

Os motivos que reverteram a tendência do minério são os mesmos que alimentaram a alta. Estoques altos em portos chineses, o mercado imobiliário local - que gerava aposta na aceleração com a expansão do crédito, mas virou temor de esfriamento com medidas do governo - e a oferta no mercado transoceânico - antes, ainda contida - ajudaram a derrubar os preços.

Mesmo assim, no acumulado de 2017, a commodity ainda sobe 1,9%. Além disso, se for considerado o preço médio do ano, há melhora considerável ante o fim de 2016. O nível chegou a US\$ 85,63 no trimestre, que terminou na sexta-feira. Sobre os últimos três meses do ano passado, o avanço é de 21,4%.

Isso certamente ajudará no resultado das mineradoras durante o período neste ano. Mas a Vale, maior produtora de minério do mundo, pode não se beneficiar

tanto assim. A moeda funcional da empresa é o real e, com a valorização frente ao dólar, a evolução do minério em reais não foi tão intensa. O preço médio, de R\$ 268 por tonelada, representa avanço de 14,7% sobre o quarto trimestre. No acumulado de 2017, a situação é pior: queda de 2,4%. É importante lembrar, porém, que a formação de preço do produto da Vale mistura cotações passadas, à vista e projeções.

O mercado em geral acredita em continuidade da baixa para o insumo. O Valor consultou 18 instituições financeiras e a projeção média é de US\$ 63 para o ano. Mas a ANZ Research, uma casa de análise australiana, não vê possibilidade de queda livre por enquanto. O economista Daniel Hynes, que assina relatório divulgado semana passada, é ponto fora da curva e acredita que em dezembro o minério ainda valerá US\$ 72.

Para Hynes, a racionalização de capacidade siderúrgica na China e a estabilização da economia local vão sustentar os preços do aço e do minério por mais tempo. O nível alto de estoques, acrescenta, não preocupa tanto. "Achamos que esse temor já não se justifica", afirma. Em primeiro lugar, porque os estoques de aço estão no pior nível desde 2010. Em segundo, porque o minério armazenado em portos bate recordes, mas o giro está bem próximo a taxas recentes.

O petróleo, por outro lado, passou o mês em queda e começou a se recuperar na última semana. Daqui para frente, a sustentação ou não dos níveis atuais - e até uma recuperação - dependerá de como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) vai reagir, ou seja, se decidirá estender os cortes de produção iniciados este ano para o segundo semestre, apostam analistas.

Em março, o barril do Brent para entrega em junho recuou 5,4% na ICE Futures de Londres, para US\$ 53,65. O contrato do WTI com vencimento em igual mês caiu 6,4% na Nymex, de Nova York, para US\$ 51,23. Em 2017 até agora, o recuo é de 7% e 9%, respectivamente.

Para o banco suíço Julius Baer, a escalada dos estoques de petróleo nos Estados Unidos deixou mais claro que o plano da Opep e de outros países relevantes no cenário internacional não teve o efeito necessário para equilibrar o mercado. Segundo o analista Norbert Ruecker, um dos fatores que mais impulsiona esse movimento forte de venda dos investidores é o grande volume de posições compradas no mercado futuro recentemente.

"Na última semana, uma combinação de protestos na Líbia, que interromperam em partes a produção local, e a especulação de que a Opep vai estender o corte de produção além de junho ajudaram a impulsionar os preços", diz a consultoria Capital Economics, em relatório.

A instituição ainda acrescenta que dados positivos da Europa nos últimos dias renovaram as expectativas de melhoria na demanda pela commodity. "Se tudo der certo, um crescimento econômico maior se transforma em elevação da demanda por petróleo."

O mês também foi ruim para os preços dos metais. Os contratos futuros de três meses do níquel caíram 7,7% na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), para US\$ 10.030,00 a tonelada, enquanto o cobre recuou 1,7%, para US\$ 5.837,50. O alumínio, por outro lado, subiu 3,6% em março e terminou em US\$ 1.962,50.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras recebe multa

A Petrobras informou na sexta-feira que o consórcio BM-S-11 recebeu uma multa de R\$ 2,6 bilhões aplicada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), relativa ao campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos. A multa é decorrente de divergência na interpretação da aplicação dos preços do petróleo utilizados para o cálculo das participações governamentais, no período de maio de 2013 a dezembro de 2016. O consórcio BM-S-11 é formado pela Petrobras (65%) como operadora, em parceria com a BG E&P Brasil - companhia subsidiária da Royal Dutch Shell plc (25%) - e com a Petrogal Brasil (10%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Justiça encerra ação

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região extinguiu uma das duas ações que questionava o pagamento de indenizações às transmissoras por meio da tarifa de energia. A juíza Iolete Maria Fialho de Oliveira negou a ação popular que havia sido ajuizada por Andreia Cristina Gomes Monteiro da Silva. O processo movido pela Abrace (associação que representa grandes consumidores de energia), porém, segue normalmente e deve ter uma decisão nesta semana.

Preços de combustíveis

A Petrobras optou por não reajustar os preços do diesel e da gasolina. É a primeira vez em que a petroleira passa um mês sem rever os preços nas refinarias desde o lançamento da política de preços dos combustíveis, em outubro. Em nota, a estatal reafirmou sua política de revisar os preços ao menos uma vez por mês. Ainda segundo a petroleira, os preços continuam com uma margem positiva em relação à paridade internacional. A Petrobras explica que, ao longo de março, o mercado internacional de derivados registrou níveis de volatilidade elevados, notadamente a gasolina, em razão das mudanças de especificação do produto no Hemisfério Norte.

Schneider Electric e DTN

O fornecedor francês de equipamentos de energia Schneider Electric SE está perto de vender o negócio de software de dados DTN a um investidor financeiro com sede na Europa, em acordo avaliado em ao redor de US\$ 1 bilhão, segundo fonte familiarizada com o assunto. A transação poderá ser anunciada nos próximos dias, disse a fonte. A identidade do comprador não poderia ser imediatamente revelada. A Schneider adquiriu a DTN, que distribui informações meteorológicas em tempo real a agricultores e outros clientes, como parte compra, em 2011, da Telvent da Espanha. Em outubro de 2016, porém, a empresa anunciou revisão estratégica do negócio e desistiu de tentar construir o novo negócio, comercializado com base em assinaturas, como nova fonte de receita. O preço de venda da DTN, que chegaria perto de US\$ 1 bilhão, permitiria à Schneider recuperar a maior parte do que pagou para adquirir a Telvent, mantendo grande parte de suas operações.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	Camila Maia
Título:	Destaques

Debênture da Cteep

A transmissora Cteep concluiu a emissão de R\$ 300 milhões em debêntures de infraestrutura. Os títulos, que terão prazo de sete anos, saíram com uma taxa final de 5,0373% mais IPCA, abaixo do rendimento pago pela NTN-B com vencimento em 2026, referência para a operação. Os recursos serão utilizados para reforço e melhorias em linhas de transmissão da companhia e representam 54% do financiamento necessário de R\$ 558,7 milhões. A oferta pública teve como coordenador único o Santander. ()

MME / ASCOM .